

Enquanto não voltarem as perdizes, não se pode eliminar o Gaivotas



Gisele Brito

São Paulo é ribeirinha. Assim a selva de pedra foi definida por uma pessoa durante uma atividade pública recentemente. A afirmação, que pode parecer um tanto estranha para quem não conhece bem a história da cidade, me fez lembrar a vez em que visitei o bairro da Penha, na zona leste da capital, e numa rua sem saída vi uma loja que vendia barcos. O negócio que parecia tão deslocado naquela rua com asfalto fino e sobradinhos tortos, estava na mesma família há décadas e em seus primórdios ficava à beira de um rio que passava naquela rua estreita, me disseram.

São Paulo conta com mais de cinco mil quilômetros de rios. É difícil dizer quais estão em pior condição: aqueles que permanecem visíveis, como o Pinheiros e o Tietê, dando mostras diárias de seu estado pútrido. Ou aqueles que foram invisibilizados por canalizações e soterramentos.

Mas o fato é que a história da cidade está intrinsecamente ligada a esses cursos d'água. Foi pelos caminhos que eles permitiam percorrer que aqui se firmou uma vila, que mais tarde se tornaria a principal cidade do país. Alguns desses caminhos são até hoje os principais eixos da metrópole, se convertendo em largas avenidas.

Falar sobre os rios de São Paulo é, portanto, uma das formas mais frutíferas de abordar o Racismo Ambiental que constitui essa e outras cidades do país e que se atualiza no tempo.

Nas áreas roubadas do rio Pinheiros em sua retificação foram produzidos alguns dos bairros mais exclusivos da branquitude, aquelas que mais concentraram investimentos públicos e privados.

Recentemente, por outro lado, é cada vez maior o desejo de que esses rios soterrados voltem à tona, recomponham a paisagem da cidade. Mas para o bem-estar de quem? Frequentemente esse desejo é mobilizado em territórios negros populares autourbanizados, onde há falta de moradias e infraestrutura em quantidade e qualidade e desassociado de desejos de reparação e acolhimento. Para alguns, esse pedido é apenas cínico e tem como objetivo real a gentrificação do território, a produção de áreas de usufruto da classe média branca. Para outros é ingênuo, mas igualmente útil para os efeitos do embranquecimento.

Em sua Carta ao Rio, o córrego, o esgoto, Allan da Rosa, cita dezenas de cursos d'água que cruzam seu cotidiano e afetam a vida das mais diversas formas, inclusive pela transcendência ancestral, e clama ao córrego e a si

Palavras-chave: Racismo Ambiental, água, rios soterrados, planejamento urbano, racismo



Jardim das Gaivotas, Grajaú, São Paulo. Fotos: Léo Britto/DiCampana Foto Coletivo, 2019.

mesmo: “opacidade para lidar com a vulnerabilidade de ser alvo e vitrine, bailando para não sermos meros peões descartáveis” (ROSA, 2021, p. 25).

Na lógica que impõe o racismo ambiental, os rios e as pessoas negras, como o autor, são meros peões. Ora descartáveis, ora essenciais, mas sempre a mercê do bem estar da branquitude e do capital que ela concentra.

É dessa forma que os anseios contra as mudanças climáticas e a preservação do meio ambiente vem sendo usados de maneira discricionária, se constituindo em atualizações das leis antinegro.

Isso porque os problemas ambientais que configuram a cidade são frequentemente associados a uma suposta falta de planejamento provocada pela existência da população preta, pobre e periférica, que, portanto, deve ser eliminada.

Primeiro, não se pode dizer que não há planejamento em São Paulo. O lugar de cada grupo social é fortemente planejado, o que se comprova pela intensa segregação que caracteriza o município. O gueto branco do chamado eixo sudoeste é um projeto, que se iniciou no início do século XX e segue em curso e cuja continuidade está no centro de todas as ações do Estado e da capital.

Depois, não se pode dizer que os danos ao meio ambiente não são produzidos nas áreas nobres. Para ficar no exemplo dos rios, só as artimanhas da produção de estigmas racistas são capazes de inviabilizar os rios

soterrados dos bairros chiques, a impermeabilização das ruas com baixa densidade ou os vidros narcísicos dos edifícios corporativos, o consumo de energia dos ar condicionados. Mas vê com olhos severos as casas de quarto e cozinha sendo construídas nas encostas.

Enquanto não houver pelo menos uma perdiz por la-deira em Perdizes, não faz sentido extinguir o Gaivotas. Não se pode constituir qualquer suposto direito à segurança ambiental e climática sem que eles sejam associados ao direito à moradia. E não se pode garantir o direito à moradia, sem se garantir o direito à segurança ambiental e climática.

O padrão de vida dos bairros nobres, a mesquinhez do capitalismo e o projeto genocida do racismo produzem ano após ano os riscos que levam à morte e as perdas materiais imensuráveis.

As mudanças climáticas não são um barco em que todos embarcaremos igualmente. São as populações racializadas as que são vitimadas primeiro e, portanto, é visando seu salvamento que devem ser formuladas as soluções.

Referências

ROSA, Allan Santos da. **Águas de homens pretos** - imaginário, cisma e cotidiano ancestral (São Paulo, séculos 19 ao 21). 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.48.2021.tde-30112021-115755.

